



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

244
top.

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 328533-8

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE IPOJUCA

AGRAVADA: ANA CRISTINA VITORINO

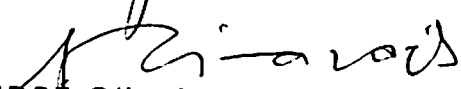
RELATOR: Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

EMENTA: Direito Constitucional e Administrativo. Reexame Necessário. Sentença ilíquida. Aplicação da Súmula 490 STJ. Apelação Cível. Contrato por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público. Ação de Cobrança. Horas Extras. Guarda Municipal. Devidas as verbas rescisórias referentes as horas extras comprovadamente trabalhadas através da folhas de ponto acostadas. Direito social de todos os trabalhadores previsto no art. 7º, inciso VIII e XVII da CF. Decisão em harmonia com a jurisprudência deste Tribunal de Justiça. Recurso de Agravo a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 13 de junho de 2014.


Des. ANDRÉ Oliveira da Silva **GUIMARÃES**
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

245
Tap.

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 328533-8

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE IPOJUCA

AGRAVADA: ANA CRISTINA VITORINO

RELATOR: Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra a decisão terminativa (fls. 170/171) da minha lavra que, constatando a harmonia da sentença com a jurisprudência pacífica deste Egrégio Tribunal, negou seguimento à apelação da agravante.

Em suas razões, repete o agravante os argumentos constantes na Apelação Cível (fls. 174/189), relatados na decisão ora atacada, para que seja dado provimento ao presente agravo, dando provimento à apelação e, conseqüentemente, seja julgada improcedente a ação de cobrança.

VOTO

Preenchidos os pressupostos de admissibilidade recursal, conheço do presente Recurso de Agravo, passando a analisá-lo.

A decisão agravada está vazada nos seguintes termos:

DECISÃO TERMINATIVA

EMENTA: Direito Constitucional e Administrativo. Reexame Necessário. Sentença ilíquida. Aplicação da Súmula 490 STJ. Apelação Cível. Contrato por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público. Ação de Cobrança. Horas Extras. Guarda Municipal. Devidas as verbas rescisórias referentes as horas extras comprovadamente trabalhadas através da folhas de ponto acostadas. Direito social de todos os trabalhadores previsto no art. 7º, inciso VIII e XVII da CF. Decisão em harmonia com a jurisprudência deste Tribunal de Justiça. Mantidos os honorários

19



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

246
Top.

arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação Reexame necessário a que se nega seguimento nos termos do art. 557 do CPC. Prejudicado o recurso voluntário.

Ana Cristina Vitorino propôs Ação de Cobrança contra o Município de Ipojuca buscando o pagamento das horas extras trabalhadas na função de guarda municipal em decorrência dos contratos temporários de trabalho celebrado com a edilidade ré durante o período de 06/06/2006 até 05/02/2012, alegando que esses direitos lhes são garantidos pela Constituição Federal.

Na exordial, a parte autora alega que trabalhava na escala 12h x 36h, nunca tendo gozado de intervalo para refeições, tão pouco recebeu qualquer remuneração extra pela jornada especial, em flagrante confronto com a Lei Municipal 1439/2006, que criou a Guarda Municipal de Ipojuca.

Neste regime de escala, a autora perfazia um total de 180 horas de trabalho por mês, o que excede em 60 horas além do permitido na legislação municipal específica.

Requer, assim, o pagamento de todas as verbas não recebidas durante o período em que prestou serviços ao Município.

O Município de Ipojuca apresentou sua contestação (fls. 11/24) alegando que a relação contratual firmada entre as partes foi estabelecida pelo vínculo administrativo-estatutário. Assim, deve ser aplicada ao caso em comento a Lei Municipal nº 1.400/2004 que dispõe sobre a contratação de forma temporária/emergencial.

RG



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

247
ap.

Aduz, ainda, que os guardas municipais estão disciplinados pela Lei nº 1.439/06, onde está estabelecido que o horário de trabalho dos contratados é de 120 (cento e vinte) horas ao mês por 60 (sessenta) horas de repouso semanal remunerado, tendo o autor recebido as horas-extras eventualmente trabalhadas além da prevista na lei já referida.

Ademais, como a jornada máxima de trabalho estabelecida no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais é de 30 (trinta) horas semanais, não se aplica aos casos de adoção do regime de compensação de 12x36 (doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso).

Documentação acostada às fls. 25/164.

A r. sentença de fls. 170/171, julgou parcialmente procedente o pedido para condenar a edilidade ré a indenizar o autor pelas horas extras trabalhadas e não pagas, conforme anotação de folha de ponto, descontadas as indenizações pagas administrativamente, acrescidos de correção monetária e juros de 0,5% (meio por cento) ao mês contados da citação.

E, ainda, condenou o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, a ser apurado em liquidação.

Apela o Município de Ipojuca buscando a reforma do julgado aduzindo as mesmas razões já expostas quando da contestação (fls.174/189).

Intimado para apresentar suas contrarrazões, restou silente o apelado, conforme certidão de fls. 192v.

17



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

248
Top.

A Douta Procuradoria de Justiça Cível emitiu cota, abstendo-se de se pronunciar sobre o mérito recursal (fls. 201/203).

É relatório.

Decido.

De pronto, registro que o feito se submete ao reexame necessário, a teor da Súmula 490 do Superior Tribunal de Justiça:

"A dispensa de reexame necessário, quando o valor da condenação ou do direito controvertido for inferior a sessenta salários mínimos, não se aplica a sentenças ilíquidas."

Assim, passo a análise do Reexame Necessário.

A presente questão trata do direito de Ana Cristina Vitorino de receber horas extras não pagas pelo Município de Ipojuca, provenientes do contrato temporário por excepcional interesse público, do período em que exerceu a função de Guarda Municipal.

Sabe-se que o servidor público contratado em caráter emergencial e temporário mantém relação de natureza jurídico-administrativa, obedecendo às regras estabelecidas pela Administração e a Constituição Federal.

Mesmo havendo prorrogação do prazo do contrato temporário por excepcional interesse público, o vínculo continua sendo jurídico-administrativo, afastando qualquer hipótese de relação contratual sujeita ao regime celetista.

Com efeito, o rol de direitos constantes do art. 39, § 3º da CF são aplicáveis tanto aos servidores estatutários como àqueles sujeitos ao regime de emprego, por remissão ao art. 7º da Carta Magna,



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

249

[Assinatura]

incisos IV,VII,VIII, IX, XIII,XV, XVI,XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

Na linha da orientação jurisprudencial dos tribunais pátrios, independente do disposto na lei municipal que regula o regime jurídico, é devida a extensão dos direitos sociais previstos no texto constitucional pelo trabalhador temporário, tais como o direito à compensação pecuniária pelas férias não gozadas (acrescidas do terço constitucional) e à percepção do décimo terceiro salário e das horas extras, como decorrência da efetiva prestação de serviços.

Nesse sentido, especificamente no que tange às horas extras, esta Corte de Justiça vem reconhecendo aos contratados temporariamente pela Administração Pública o direito à percepção de tais valores. Veja-se:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. HORAS EXTRAS. DIREITO CONSTITUCIONALMENTE PROTEGIDO. RECURSO DE AGRAVO À UNANIMIDADE IMPROVIDO. 1. A natureza especial do contrato administrativo de trabalho temporário não exclui o direito constitucional à percepção de horas extras. 2. Não restaram vulnerados os arts. 7º, XII, e 39, § 3º, ambos da CF/88. 3. Integrativo improvido à unanimidade. Acórdão À unanimidade de votos, improveu-se o Recurso de Agravo.(Processo:APL 1765520128170730 PE 0000176-55.2012.8.17.0730.Relator(a):Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello.Julgamento: 10/01/2013. Órgão Julgador:2ª Câmara de Direito Público.Publicação:12/2013).

[Assinatura]



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

250
TJ

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. GUARDAS MUNICIPAIS. HORAS EXTRAS DEVIDAS. REPERCUSSÃO SOBRE REPOUSO SEMANAL REMUNERADO, 13º SALÁRIO E FÉRIAS. OMISSÃO CONFIGURADA. EFEITOS INFRINGENCIAIS. ACLARATÓRIOS PROVIDOS. 1. O aresto embargado foi omissivo ao deixar de se pronunciar acerca da incidência das horas extras concedidas sobre o repouso semanal remunerado, 13º salário e férias. 2. Apesar de ter o acórdão fustigado julgado procedente a demanda originária com o deferimento das horas extraordinárias perseguidas pelos guardas municipais recorrentes, olvidou-se em especificar as verbas sobre as quais devem incidir as horas referidas, nos termos da exordial. 3. Aclaratórios providos com efeitos infringenciais à unanimidade, no sentido de condenar a edilidade embargada ao pagamento das horas extras e suas repercussões sobre o repouso semanal remunerado, 13º salário e férias devidas no período compreendido entre a admissão dos embargantes (maio de 2007) e a vigência da Lei Municipal nº 2.515/2009, mais honorários advocatícios à razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação e custas processuais. (Processo nº 0017408-39.2012.8.17.0000, Relator: Itamar Pereira da Silva Júnior, Data de Julgamento: 20/09/2012, 2ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 178/2012)

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO. MUNICÍPIO DE IPOJUCA. DIREITO AO PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL QUE PREVÊ O PAGAMENTO DO SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO. COMPROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE HORAS EXTRAS. FOLHAS DE PONTO. COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO EM APENAS ALGUNS MESES. DIFERENÇAS DEVIDAS TANTO NOS MESES QUE NÃO FORAM PAGOS QUANTO A SEUS

19



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

251
Top.

REFLEXOS. FÉRIAS INTEGRAIS DE 2010 E PROPORCIONAIS DE 2011 DEVIDAS. RECURSO DE AGRAVO NÃO PROVIDO. 1 - Trata-se de Recurso de Agravo interposto em face de decisão terminativa, de minha lavra, proferida nos autos da Apelação Cível nº 0288993-0, que deu provimento parcial ao recurso de apelação interposto por Ernando José de Oliveira para reconhecer o direito do apelante ao recebimento das horas extras trabalhadas, descontadas as pagas pela Administração, bem como ao pagamento de seus reflexos nas verbas trabalhistas referentes às férias e ao adicional noturno e ainda, ao pagamento das férias integrais do ano de 2010 e proporcionais de 2011. 2- Em seu recurso de agravo, o Município vem defendendo a impossibilidade de pagamento das horas extras, pois o contrato mantido com o agravado é de natureza administrativa regido pela legislação municipal local e portanto, são inaplicáveis as normas da CLT, sendo contratante isento de quaisquer ônus decorrentes da extinção do contrato. 3- Assevera, ainda, o agravante que a lei 1.439/2006, que regulamenta a carga horária dos guardas municipais, prevê que a duração máxima do trabalho de 30 horas semanais não será aplicada quando se tratar de hipóteses de adoção de regime de compensação de 12x36 (doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso) e que as horas em sobrejornada pagas referir-se-iam àquelas eventualmente trabalhadas. 4 - Alega também o Município que não fez provas das horas extras supostamente trabalhadas e nem da incorreção do pagamento. Por ultimo, destaca que no tocante às férias, a parte agravada recebeu o 1/3 dos períodos de 2006/2007, 2007/2008, 2008/2009 e 2009/2010, não havendo qualquer valor residual a ser pago pelo Município. 5 - Inicialmente destaco que foi reconhecida a natureza administrativa do contrato firmado entre o recorrente e o recorrido para a prestação de serviços temporários. Contudo, por força do entendimento das Cortes Superiores se destacou que é devida a extensão dos direitos sociais previstos no art. 7º da Constituição Federal aos contratados temporariamente, nos moldes

7
Ry.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

252
Top.

estabelecidos pelo art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, tais como: férias e décimo terceiro. 6- Um desses direitos sociais é o pagamento de horas extras, que além de ter previsão constitucional, também encontra guarida na legislação local, conforme art. 57, §2º da Lei nº 1.439/2006. Portanto, não há dúvidas de que havendo serviço extraordinário deve este ser remunerado corretamente. 7- Alega o Município, que existe regulamento próprio disciplinando a função de Guarda Municipal (Lei Municipal de nº 1.439/2006) e que a referida lei prevê adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre as horas normais quando da realização de horas extras e de 25% (vinte e cinco por cento) de adicional noturno. 8- O art. 56 da citada legislação prevê que para efeito de cálculo de vencimentos/horas dos guardas municipais, os divisores a serem adotados serão os de 120 (cento e vinte) horas mês e 60 (sessenta) horas de repouso remunerado. 9- Compulsando os autos, vê-se que nas folhas de ponto do apelante que na maior parte dos meses, ele laborava 180 (cento e oitenta) e 192 (cento e noventa e duas) horas e não 120 (cento e vinte) como previa o estatuto. 10- Isto ocorreu nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2006; janeiro, fevereiro, abril, maio, junho, julho, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2007; janeiro a junho, setembro, outubro e dezembro de 2008; maio, julho agosto, outubro, novembro e dezembro de 2009; janeiro a agosto e outubro a dezembro de 2010, e de janeiro e fevereiro de 2011 (fls. 58/96). 11- Por outro lado, nas fichas financeiras acostadas pelo Município se vê que foram pagas horas extras ao apelante apenas em julho e outubro de 2007, de janeiro a agosto de 2008, outubro e novembro de 2008, fevereiro a maio de 2010 e setembro de 2010. 12- Tenho que ao contrário do que alega o Município, ele foi quem não comprovou o pagamento de todas as horas extras prestadas e também não conseguiu demonstrar que elas não foram realizadas. Ao contrário, as folhas de ponto indicam a realização das horas extras, até porque possuem a assinatura do supervisor e os

8
13



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

253
f.

contracheques comprovam que houve pagamentos apenas esporádicos da jornada extra. Desse modo, as horas extraordinárias são devidas e devem ser pagas pela Administração. 13- No que se refere ao pagamento das férias, constam nos autos os seguintes pagamentos: setembro de 2007, referente ao período de 2006/2007 (fls. 117), setembro de 2008 referente ao período de 2007/2008 (fls. 49), setembro/2009 referente ao período de 2008/2009 (fls. 136), setembro 2010 referente ao período de 2009/2010 (fls. 155). Portanto, apenas lhe são devidas as férias integrais de 2010 e proporcionais de 2011, cujo pagamento não restou comprovado pela Administração 14- Recurso de Agravo não provido à unanimidade. Decisão terminativa mantida. (Agravo na Apelação Cível nº 288993-0, Relator: Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo, Órgão Julgador: 3ª Câmara de Direito Público, Data da Publicação: 30/04/2014).

No presente caso, constam nos autos diversos documentos, como as fichas financeiras (fls. 31/38) e folhas de ponto (fls.58/82). As fichas de ponto demonstram uma jornada semanal ordinária superior à contratada; já as fichas financeiras apresentadas comprovam apenas pagamentos esporádicos das horas extras.

Entendo, por conseguinte, que deve o Município de Ipojuca indenizar a Autora/Apelada pelas horas extraordinárias laboradas e não pagas no curso da relação empregatícia, respeitada a prescrição quinquenal.

Quanto aos honorários advocatícios arbitrados, entendo que foram adequadamente fixados conforme o estabelecido no § 4º do art.20 do CPC, pelo que os mantenho.

Ante o exposto, com fulcro no art. 557 do CPC, NEGO SEGUIMENTO ao reexame necessário, por estar a



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

254
TJ

sentença em harmonia com jurisprudência dominante deste Tribunal de Justiça. Prejudicado o apelo voluntário.

Publique-se.

Com o trânsito em julgado, baixem-se os autos ao juízo de origem.

Recife, 14 de maio de 2014.


Des. ANDRÉ Oliveira da Silva GUIMARÃES
Relator

Os argumentos expendidos no presente agravo legal, até porque idênticos aos da apelação, não me persuadem a refluir da posição perfilhada.

Ante o exposto, estando a decisão combatida conforme os ditames legais e a jurisprudência pacífica deste Tribunal, nego provimento ao presente recurso de agravo.

É como voto.

Recife, 13 de junho de 2014.


Des. ANDRÉ Oliveira da Silva GUIMARÃES
Relator